



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17488 - Resumo Expandido - Trabalho - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)
 ISSN: 2595-7945
 GT 15 - Educação Especial

DIREITO À EDUCAÇÃO E A INTERSECCIONALIDADE COMO FERRAMENTA ANALÍTICA

Georgton Anderson da Silva - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FEUSP

Carla Biancha Angelucci - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FEUSP

DIREITO À EDUCAÇÃO E A INTERSECCIONALIDADE COMO FERRAMENTA ANALÍTICA

Introdução

Este artigo apresenta dados oriundos da minha pesquisa de mestrado, na qual investiguei os processos de escolarização de pessoas negras com deficiência na educação básica, tendo como *locus* de pesquisa a capital paulista e a Região Metropolitana de São Paulo (SP), tendo como objetivo principal analisar as trajetórias escolares dessas pessoas, refletindo sobre a relação entre deficiência e raça/cor na educação.

A abordagem metodológica adotada teve como base a interseccionalidade, ferramenta analítica que se tem mostrado significativa para a compreensão das complexas relações de poder que operam na sociedade, e que, no contexto das pesquisas acadêmicas, especialmente no campo dos direitos humanos, vai além das abordagens tradicionais que tratam categorias como deficiência, raça/cor, gênero e classe de forma isolada. No contexto educacional e das políticas públicas, a interseccionalidade se destaca como uma ferramenta essencial para abordar as particularidades de grupos vulneráveis, como pessoas com deficiência e pessoas negras. Historicamente, esses grupos têm sido marginalizados tanto pela deficiência quanto pela raça/cor, e análises mostram que ambas as condições estão profundamente imbricadas em dinâmicas de exclusão.

Os dados da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) Contínua* –

Educação 2022 e Pessoas com Deficiência 2022 –, exemplificam essa exclusão. A taxa de analfabetismo no Brasil entre pessoas com 15 anos ou mais foi de 5,6%. No entanto, ao se analisar o recorte racial, 7,4% das pessoas pretas ou pardas eram analfabetas, um aumento significativo em comparação à média nacional e mais que o dobro da taxa entre as pessoas brancas, que foi de 3,4% (IBGE, 2023a). Entre as pessoas com deficiência, essa taxa é ainda mais preocupante, alcançando 19,5%, em contraste com 4,1% entre aqueles sem deficiência (IBGE, 2023b).

Diante disso, este trabalho argumenta que a interseccionalidade deve ser vista como uma ferramenta analítica importante para investigar as dinâmicas de exclusão e os desafios enfrentados por grupos marginalizados no sistema educacional. Tal abordagem pode contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas, garantindo o direito pleno à educação para todas as pessoas. Com isso, espero oferecer uma contribuição significativa tanto para o debate acadêmico quanto para a prática de pesquisa, demonstrando a eficácia da interseccionalidade na compreensão e no combate às desigualdades educacionais.

Análise interseccional: considerações iniciais para uma discussão conceitual

Em 1989, Kimberlé Williams Crenshaw formalizou o conceito de interseccionalidade, fundamentando-se na Teoria Racial Crítica e analisando os movimentos feministas e de direitos civis nos Estados Unidos. Kimberlé Crenshaw explorou como diferentes marcadores sociais, como raça, gênero e classe, se interseccionam em uma sociedade racista, machista e patriarcal, criando desigualdades estruturais. A interseccionalidade, segundo ela, busca entender como múltiplos sistemas de discriminação, como os relacionados à deficiência, raça e gênero, colaboram para definir a posição social de grupos marginalizados, como mulheres, pessoas com deficiência e indivíduos de diversas origens étnicas (Crenshaw, 2002).

Adriana Piscitelli (2008) salienta a relevância do uso da interseccionalidade ao sugerir que ela oferece instrumentos analíticos para entender como diferentes formas de desigualdade e distinções interagem entre si. A autora enfatiza que a abordagem não se limita a explorar a diferença entre os marcadores sociais, em vez disso ela propõe uma visão mais abrangente da diferença, permitindo examinar as complexas interações entre essas distinções em contextos específicos.

Neste enquadramento, para o desenvolvimento da pesquisa mencionada anteriormente, foram estabelecidos critérios de seleção das entrevistadas, que incluíam: residir na cidade de São Paulo ou na Região Metropolitana, ter no mínimo 18 anos, identificar-se como pessoa com deficiência, autodeclarar-se negra (preta e parda), ter concluído ou estar prestes a concluir o Ensino Médio, ter cursado uma etapa do ensino básico em escola pública, e ter sido escolarizado em classes comuns. A pesquisa priorizou a experiência da deficiência como elemento definidor, sem focar em uma condição específica.

Com base nesses critérios, foram selecionadas três pessoas – Jeferson, Carolina e Luís (nomes fictícios). As entrevistas, de natureza não diretiva e baseadas em um roteiro semiestruturado, revelaram que tanto o capacitismo quanto o racismo contribuem para criar ambientes educacionais hostis, muitas vezes levando à negação do atendimento educacional especializado, dificultando o acesso, a permanência e o sucesso escolar desse grupo. Além disso, questões como a qualidade da educação, a falta de acessibilidade curricular, abordagens pedagógicas uniformes, a ausência de diversificação nas formas de avaliação, bem como problemas de infraestrutura escolar e a falta de suporte social e psicológico foram mencionados como fatores que ampliam as disparidades educacionais.

Ao examinar diferentes contextos e informações por meio da lente da interseccionalidade, torna-se claro que a desigualdade social não resulta de uma única causa isolada, mas de uma combinação de fatores que adicionam camadas de complexidade à compreensão dessas disparidades. Nesse sentido, a avaliação da desigualdade social deve ir além de uma abordagem restrita a questões de deficiência, raça/cor ou classe. A utilização da interseccionalidade, enquanto ferramenta de análise, requer a consideração das interações entre essas diversas categorias (Collins; Bilge, 2021).

Considerações Finais

Em suma, a utilização da interseccionalidade como ferramenta analítica na pesquisa permitiu compreender, tanto pelas entrevistas quanto pelos dados oficiais, como diferentes formas de opressão interagem e podem criar barreiras significativas ao acesso à educação de qualidade para grupos vulneráveis. O uso da interseccionalidade possibilitou uma análise mais ampla dessas desigualdades, revelando que políticas educacionais que ignoram as intersecções entre deficiência, raça/cor e outros marcadores sociais falham em promover inclusão com equidade. Consequentemente, políticas acabam exacerbando as barreiras no acesso, permanência e conclusão da educação básica. Ao aplicar a interseccionalidade, surgem novas interpretações das desigualdades educacionais, enriquecendo o debate sobre políticas públicas e estudos relacionados à deficiência e às relações étnico-raciais no Brasil.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Pessoas com deficiência; Pessoas negras; Direito à educação; Políticas educacionais.

REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. Tradução Rane Souza. - 2. ed. - São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188,

2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): Educação 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua): Pessoas com Deficiência 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023b.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, 2008, p. 263-274.